



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E DE IMPEDIMENTO - 0010221-42.2018.2.00.0000**

Requerente: **INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS POLITICOS, ADMINISTRATIVOS E CONSTTUCIONAIS -
IBEPAC e outros**

Requerido: **VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO**

EMENTA

ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO. ARQUIVAMENTO. RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO CONHECIDO POR FALTA DE PREVISÃO REGIMENTAL.

1. O § 1º do art. 115 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça prevê que somente serão recorríveis as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências.

2. Não há previsão regimental que viabilize interposição de recurso em arguição de suspeição e impedimento.

3. Recurso administrativo não conhecido.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, não conheceu do recurso administrativo, nos termos do voto do Relator. Declarou impedimento o Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro. Ausentes, circunstancialmente, os Conselheiros Aloysio Correia da Veiga e Fernando Mattos. Presidiu o julgamento o Ministro Dias Toffoli. Plenário, 19 de fevereiro de 2019. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Aloysio Corrêa da Veiga, Iracema do Vale, Daldice Santana, Valtércio de Oliveira, Márcio Schiefler Fontes, Fernando Mattos, Luciano Frota, Maria Cristiana Ziouva, Arnaldo Hossepian, Valdetário Andrade Monteiro, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E DE IMPEDIMENTO - 0010221-42.2018.2.00.0000**
Requerente: **INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS POLITICOS, ADMINISTRATIVOS E CONSTITUCIONAIS - IBEPAC e outros**
Requerido: **VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO**

RELATÓRIO

Trata-se de arguição de suspeição e impedimento formulada por Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, Administrativos e Constitucionais – IBEPAC, Associação Pro Vitae e Guilherme Torquato de Figueiredo Valente em face do Conselheiro relator Valdetário Andrade Monteiro.

Os requerentes afirmam que o Procedimento de Controle Administrativo n. 0006296-09.2016.2.00.0000 foi proposto para denunciar irregularidades supostamente praticadas por Desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Alegam que o arguido teria praticado atos que demonstram sua parcialidade no andamento processual, como:

(i) ao assumir a relatoria do procedimento em questão, revogou, em 9 de outubro de 2017, a liminar que autorizava o retorno do autor, Guilherme Torquato de Figueiredo Valente, às funções de registrador de imóveis de Ipanema/SC e extinguiu o feito, “com base em fundamentos inidôneos e impróprios ao caso”, em afronta ao princípio da não surpresa;

(ii) a admissão de terceiros não interessados no feito para figurarem como partes, permitindo a juntada de documentos sem correlação com os fatos e, por outro lado, negou o ingresso das associações Pro Vitae e IBEPAC;

(iii) a inércia ao analisar o juízo de admissibilidade de recurso administrativo por quase seis meses, sob a alegação de falha tecnológica no PJe;

(iv) a permanência do procedimento em pautas virtuais, ainda que solicitado o julgamento presencial, somente excluindo-o em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal;

(v) a não concessão de audiência, até o momento, ao representante da Pro Vitae;

(vi) a apresentação de certidão fora do prazo legal, o que teria impedido a oportuna proposição de arguição de suspeição e impedimento e reclamação disciplinar em face dos envolvidos; e

(vii) as informações contraditórias quanto à comunicação de suspeição do Conselheiro Márcio Schiefler Fontes.

Requerem, liminarmente, a suspensão do julgamento do Procedimento de Controle Administrativo 0006296-09.2016.2.00.0000, a notificação do arguido, a intimação do Ministério Público Federal para manifestar-se acerca da suspeição/impedimento e, ao final, que seja reconhecida a suspeição do Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro para participar do julgamento, determinando-se nova distribuição ao procedimento, e instauração de processo administrativo disciplinar para apurar os fatos imputados ao requerido.

A ação de arguição de suspeição e impedimento não foi conhecida e determinou-se seu arquivamento, em virtude de inexistirem indícios concretos de que o Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro se enquadraria em uma das hipóteses previstas no art. 145 do CPC, fato que afastou a pretensão deduzida.

Ademais, constatou-se que os requerentes buscam o afastamento do Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro por não concordarem com o entendimento adotado por sua excelência nos autos do PCA n. 0006296-09.2016.2.00.0000.

Vale salientar, ainda, que o Procedimento de Controle Administrativo n. 0006296-09.2016.2.00.0000 foi julgado pelo Plenário deste Conselho, na 282ª Sessão Ordinária, em 20 de novembro de 2018.

Irresignado, Guilherme Torquato de Figueiredo Valente requer seja reconsiderada a decisão que não conheceu do pedido na presente arguição de suspeição e impedimento. Não havendo juízo de retratação, seja julgado como recurso administrativo.

Reitera os argumentos expostos na petição inicial, para o fim de anular a decisão proferida por esta Presidência (id n. 3491874), e apurar os fatos por meio de reclamação disciplinar (id n. 3497233).

Por fim, solicita o julgamento do procedimento no Plenário deste Conselho, possibilitando-lhe sustentação oral, a intimação do recorrido para apresentar contrarrazões e a intimação da Procuradoria-Geral da República e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para manifestação.

É o relatório.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E DE IMPEDIMENTO - 0010221-42.2018.2.00.0000**
Requerente: **INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS POLITICOS, ADMINISTRATIVOS E CONSTITUCIONAIS - IBEPAC e outros**
Requerido: **VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO**

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), relator:

Não há como ser acolhida a pretensão recursal.

A arguição de suspeição e de impedimento distribuída à Presidência é classe processual destinada à análise de possível parcialidade dos Conselheiros, conforme dispõe o inc. I do art. 47 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. Essa classe processual, no entanto, não é passível de impugnação via recursal.

É que as hipóteses de cabimento de recursos administrativos no Conselho Nacional de Justiça estão relacionadas no art. 115 do Regimento Interno, *in verbis*:

Art. 115. A autoridade judiciária ou o interessado que se considerar prejudicado por decisão do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça ou do Relator poderá, no prazo de cinco (5) dias, contados da sua intimação, interpor recurso administrativo ao Plenário do CNJ.

§ 1º São recorríveis apenas as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar

ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências.

E consoante precedentes deste c. Conselho, as hipóteses recursais são as expressamente previstas no citado dispositivo, não sendo extensíveis a outras espécies que não estejam lá previstas nem se enquadrem nas características das decisões lá mencionadas. A propósito e por todos, vejam-se:

RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CNJ.

1 – A alteração do art. 43 do RITRF-5ª, determinada pelo Plenário do CNJ, foi levada a efeito por aquela Corte, constando do texto da Emenda Regimental nº 06/2012 os critérios indicados na decisão.

2 - Eventual interpretação da Recorrente quanto ao que deve ou não constar do texto da Emenda Regimental nº 06/2012, assim como exegese acerca da compatibilidade de seus termos com a Constituição da República de 1988 e com as normas regulamentares deste CNJ, aliadas a possíveis irregularidades nas futuras convocações pelo TRF da 5ª Região, tornam imprescindível o ajuizamento de novos procedimentos administrativos, conforme registrado na decisão ora recorrida.

3 - O artigo 115, § 1º, do Regimento Interno do CNJ prevê que apenas são recorríveis "as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências".

4 - Conquanto não tenha havido alteração da classe processual, permanecendo os autos como PCA, constata-se, pela natureza do pedido, que o recurso ora apresentado está a impugnar decisão monocrática proferida em reclamação que, na forma regimental (arts. 104 a 106 do RICNJ), visa ao acompanhamento de cumprimento de decisão. Tem-se, portanto, que o recurso apresentado não se amolda à citada previsão regimental.

5 - Conclusão semelhante, no sentido de ser incabível a interposição de recurso administrativo em face de cumprimento de decisão, foi objeto de recente apreciação pelo Plenário do CNJ, nos autos do Pedido de Providências nº

3787-18.2010.2.00.0000, julgado na 19ª Sessão Extraordinária do dia 29/01/2013.

6 - Recurso Administrativo de que não se conhece. (CNJ - RA – Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0005869-85.2011.2.00.0000 - Rel. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA - 163ª Sessão - j. 19/02/2013) (grifos nossos).

RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CNJ.

Nos termos do artigo 115, § 1º, do Regimento Interno do CNJ, apenas são recorríveis "as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências".

Recurso Administrativo de que não se conhece.(CNJ - RA – Recurso Administrativo em CUMPRDEC - Acompanhamento de Cumprimento de Decisão - 0006959-65.2010.2.00.0000 - Rel. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA - 159ª Sessão Ordinária - j. 27/11/2012)

Ante o exposto, não conheço do recurso e mantenho a decisão de arquivamento.

É como voto.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Presidente

Brasília, 2019-04-05.



Assinado eletronicamente por: **JOSE ANTONIO DIAS TOFFOLI**

09/04/2019 11:27:17

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **3599771**



19040911271708200000003252000